



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 009/2019/TCMPA, de 09 de maio de 2019.

EMENTA: *DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, VINCULADOS AOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2018, JUNTO AOS PODERES E DEMAIS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS, INSTAURADOS NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 008/2019/TCMPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º e 15, VII, do Regimento Interno (Ato nº. 19)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO os termos e fundamentos consignados junto à **Resolução Administrativa n.º 008/2019/TCMPA**, publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, em 10/05/2019, a qual homologou, por decisão unânime do Tribunal Pleno, a instauração de Tomada de Contas Especial, em desfavor dos Chefes de Poderes Municipais e demais gestores públicos, responsáveis pela aplicação dos recursos municipais, conforme relações fixadas por intermédio dos ANEXOS I e II;

CONSIDERANDO, ainda, a instrução dos referidos processos de Tomada de Contas Especial, por meio do Sistema de Processo Eletrônico – SPE, garantindo-se a mais célere e tempestiva apreciação, por parte deste TCMPA, para resposta à sociedade civil, quanto à verificação de regularidade das ações executadas, pela Administração Pública, na execução dos orçamentos e políticas públicas, bem como de garantia da adoção de medidas legais, pelo Ministério Público Estadual, de forma tempestiva e satisfatória, em desfavor dos maus gestores;

CONSIDERANDO, por fim, as proposições formuladas pelas Controladorias de Controle Externo, Diretoria de Planejamento e Diretoria Jurídica, voltadas à adequação e unificação de procedimentos para tratamento dos processos de tomada de contas, dos exercícios de 2017 e 2018, com alterações dos procedimentos fixados por intermédio da Resolução Administrativa n.º 31/2017/TCMPA, de 29/08/17, objetivando a racionalização das ações de controle externo.

RESOLVE: APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO QUE HOMOLOGA OS PROCEDIMENTOS INTERNOS E TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, VINCULADOS AOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2018, JUNTO AOS PODERES E DEMAIS UNIDADES GESTORAS MUNICIPAIS, INSTAURADOS NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 008/2019/TCMPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:

CAPÍTULO I
DO OBJETO E ALCANCE

Art. 1º. Ficam homologados, nos termos da presente Resolução, os procedimentos de controle externo, para os exercícios de 2017 e 2018, nas ocorrências de inadimplemento, quanto à remessa das prestações de contas quadrimestrais e balanço geral, na forma e prazos estabelecidos, bem como de instrução e julgamento, relacionados aos processos de Tomada de Contas Especial, com caráter impositivo e vinculativo, asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno, deste TCMPA.

Art. 2º. Estão submetidos aos termos da presente Resolução, os processos de Tomada de Contas Especial, instaurados nos termos da Resolução Administrativa n.º 008/2019/TCMPA, em desfavor dos ordenadores de despesas e dos Chefes de Poderes Municipais, responsáveis pelas competências de 2017 e 2018.

Art. 3º. Serão enquadrados, nos procedimentos e demais sanções, fixadas nesta Resolução Administrativa, os ordenadores de despesas e os Chefes de Poderes, que deixaram de proceder com o encaminhamento das prestações de contas quadrimestrais e Balanço Geral, na forma e prazos, fixados pelo TCMPA, nos exercícios de 2017 e 2018.



CAPÍTULO II
DO PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Seção I
DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE GESTÃO

Art. 4º. A Tomada de Contas Especial, vinculada às prestações de contas de gestão, dos exercícios de 2017 e 2018, é o processo devidamente formalizado e instaurado, nos termos da Resolução Administrativa nº 008/2019/TCMPA, pelo Tribunal Pleno, que visa apurar responsabilidade por omissão, total ou parcial, quanto ao dever de prestar contas, na forma e prazos estabelecidos, configurada como grave infração à norma legal, conforme previsão constante da Lei Complementar n.º 109/2016 e do Regimento Interno do TCMPA (Ato n.º 19/2017).

Parágrafo único. Na instrução do processo de Tomada de Contas Especial, a fim de identificar os respectivos responsáveis e quantificar o dano ao erário, o Tribunal poderá utilizar-se dos próprios elementos presentes nos autos, de informações constantes no seu banco de dados, bem como, junto aos demais instrumentos fiscalizatórios previstos no seu Regimento Interno e/ou ato próprio.

Art. 5º. O processo de Tomada de Contas Especial, para os exercícios de 2017 e 2018, a que se refere esta Resolução, terá tramitação concomitante à respectiva análise anual, das contas de gestão, objetivando, após sua conclusão, com base nos achados técnicos de auditoria consignados pelo controle externo, deste TCMPA, proceder-se com a imputação de responsabilidades e aplicação de penalidades, na forma legal.

Subseção I
DO RITO PROCESSUAL DA TCE-GESTÃO

Art. 6º. Procedida a instauração da Tomada de Contas Especial, homologada nos termos da Resolução Administrativa n.º 008/2019/TCMPA, competirá, ao Conselheiro-Relator, por meio da respectiva Controladoria, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, proceder com o levantamento de receitas e demais achados técnicos de relevância, objetivando a imputação de responsabilidades e alcance de débito, em desfavor do(s) ordenador(es) responsável(eis), consubstanciado em Relatório Técnico Inicial de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo único. São considerados, para fins de apreciação da prestação de contas de gestão, obrigatoriamente, os seguintes pontos de controle, de acordo com a entidade gestora e ordenador responsável:

I – Prefeitura Municipal (Contas de Gestão):

- a)** Remessa da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual;
- b)** Envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária;
- c)** Envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, estando passível de multa correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais, com fundamento na Lei Federal n.º 10.028/2000;
- d)** Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, incisos II e V, da CF/88;
- e)** Comprovação de apropriação e recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos do art. 40, da CF/88 c/c art. 50, inciso II da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- f)** Comprovação de desconto das contribuições previdenciárias dos segurados e recolhimento à instituição de previdência, nos termos dos artigos 40; 195, inciso II, e 149, §1º, todos da CF/88;
- g)** Observância do limite no pagamento de subsídio dos agentes políticos, nos termos do art. 37, inciso XI, da CF/88 e Ato Fixador;
- h)** Verificação do Pagamento de diárias, caso ocorrido, em conformidade com o ato fixador e dentro dos parâmetros da razoabilidade, nos termos do art. 37, *caput*, da CF/88;



- i) Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório, quando exigível, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93;
- j) Transferências aos Fundos, caso existentes, e comprovação respectivas, nos termos do art. 50, inciso III, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- k) Verificação de regularidade e atendimento aos termos da Resolução n.º 03/2016/TCMPA, relativamente a realização de contratação temporária de pessoal.

II – Câmara Municipal:

- a) Cumprimento do art. 29, incisos VI e VII, da CF/88;
- b) Cumprimento do art. 29-A, caput e §1º, da CF/88;
- c) Cumprimento do art. 37, inciso XII, da CF/88;
- d) Cumprimento do art. 20, inciso III, alínea “a”, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- e) Cumprimento ao disposto no artigo 50, inciso II, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- f) Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, II da CF/88;
- g) Efetivação de desconto de contribuição previdenciária dos segurados e recolhimento à instituição de previdência, nos termos dos artigos 40; 195, inciso II, e 149, §1º, todos da CF/88;
- h) Observância do limite no pagamento de subsídio dos agentes políticos, nos termos do art. 37, XI, da CF/88 e Ato Fixador;
- i) Pagamento de diária, caso ocorrido, em conformidade com o ato fixador e dentro dos parâmetros da razoabilidade, nos termos do art. 37, caput, da CF/88;
- j) Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório, quando exigível, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93;
- k) Verificação de regularidade e atendimento aos termos da Resolução n.º 03/2016/TCMPA, relativamente à realização de contratação temporária de pessoal;
- l) Verificação de atendimento aos termos da Lei de Transparência Pública, consignada através da Resolução n.º 017/2017/TCMPA e, conforme o caso, Termo de Ajustamento de Gestão (TAG-LAI).
- m) Envio dos Relatórios de Gestão Fiscal, estando passível de multa correspondente a 30% dos seus vencimentos anuais, com fundamento na Lei Federal n.º 10.028/2000;

III – Demais Unidades Gestoras do Executivo Municipal:

- a) Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, incisos II e V, da CF/88;
- b) Comprovação de apropriação e recolhimento das contribuições previdenciárias, nos termos do art. 40 da CF/88 c/c art. 50, inciso II, da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- c) Comprovação de desconto das contribuições previdenciárias dos segurados e recolhimento à instituição de previdência, nos termos dos artigos 40; 195, inciso II, e 149, §1º, todos da CF/88;
- d) Realização de despesas precedidas de regular processo licitatório, quando exigível, em cumprimento ao art. 37, inciso XXI, da CF/88 e art. 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.
- e) Verificação do cumprimento do limite de aplicação máxima, com taxa de administração, pelos Institutos de Previdência Próprio, nos termos do art. 6º, inciso VIII c/c artigo 9º, inciso II, da Lei Federal nº 9.717/98; Portaria n.º 402/08, do Ministério da Previdência Social e Instrução Normativa n.º 02/2016/TCMPA.



Art. 7º. Com base no Relatório Técnico Inicial, previsto no art. 6º, proceder-se-á com a citação do ordenador responsável e/ou Chefe de Poder, observado cada caso, para apresentação de defesa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º. Será citado o Chefe do Executivo Municipal, quando não for possível a identificação do ordenador responsável pela unidade gestora, vinculada ao Executivo Municipal, para apresentação de defesa.

§ 2º. Quando houver identificação do ordenador responsável, pela unidade gestora do executivo municipal, sem que ocorra a prestação de contas da mesma, em separado, proceder-se-á com a citação do Chefe do Executivo Municipal, para responder solidariamente, quanto ao débito apurado.

§ 3º. O prazo fixado no caput deste artigo, para apresentação de defesa, é improrrogável, não sendo aplicada, aos processos regulamentados por esta Resolução, a faculdade atribuída ao Conselheiro-Relator, nos termos do parágrafo único, do art. 64, da Lei Complementar n.º 109/2016.

Art. 8º. Será imputada, à responsabilização do Chefe do Executivo Municipal, nas hipóteses dos §§ 1º e 2º, do art. 7º, desta Resolução, a totalidade das receitas vinculadas ao Município, a ele subordinadas, em cada exercício de competência, caso não comprovada a regular aplicação dos recursos geridos, a quando da instrução processual.

§ 1º. A responsabilidade atribuída ao Chefe do Executivo Municipal, nos termos do *caput*, deste artigo, poderá ser elidida caso indicada, através de defesa, a existência de terceiro(s), como ordenador(es) responsável(eis), vinculado(s) à(s) unidade(s) gestora(s), comprovada através de ato formal de designação/nomeação, conjuntamente com a comprovação da adoção das medidas cabíveis, na forma da lei, em desfavor do responsável, objetivando a regularização de inadimplência ou imputação de débito, na forma do art. 40, da Lei Complementar n.º 109/2016.

§ 2º. Será considerada como suficiente, para a comprovação da adoção das medidas cabíveis e afastamento da responsabilização solidária, conforme previsão do §1º, deste artigo, de maneira concomitante, a:

I – Comprovação de prestação de contas de governo e gestão, do exercício em análise, sob a responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal;

II – Comprovação de prévia instauração de Tomada de Contas, pelo Chefe do Executivo Municipal, em desfavor do(s) terceiro(s) responsável(eis), com a devida comprovação documental.

§ 3º. Na ocorrência de identificação de terceiros, como ordenadores responsáveis pelas demais unidades gestoras do Executivo Municipal, proceder-se-á com a citação dos mesmos, fixando-se prazo, para apresentação de defesa, nos termos do *caput*, do art. 7º, desta Resolução.

§ 4º. Não elidida a responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal, nos termos dos §§ 1º e 2º, deste artigo, ainda que identificado o ordenador responsável pela unidade gestora, responderá o primeiro, de maneira solidária, pelo dano apurado em desfavor do erário.

Art. 9º. Apresentada a defesa, com o encaminhamento das contas, pelo(s) ordenador(es) responsável(eis) e/ou Chefe de Poder, conduzir-se-á, o julgamento da prestação de contas anual:

I - pela aprovação com ressalva e aplicação de multa, dada a regularização do débito, quando a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e fique demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos;

II – pela reprovação e aplicação de multa, quando a documentação apresentada não esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e/ou não fique demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos.

§ 1º. Na hipótese prevista no caput, deste artigo, fica consignada, nos termos desta Resolução, a aplicação de multa pecuniária, atribuída à omissão do dever de prestar contas, na forma e prazos estabelecidos por quadrimestre, no valor previsto pelo art. 282, inciso III, alínea “a”, do RITCMPA (Ato n.º 19/2017), de até 11.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF-Pa, em tudo observadas as demais previsões da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCMPA.



§ 2º. Serão adotados como critérios de dosimetria, para fixação da multa estabelecida no §1º, deste artigo, dentre outros elementos, a reincidência, quanto ao dever no encaminhamento tempestivo, das prestações de contas, de exercícios pretéritos e o montante da receita ordenada, no exercício sob análise, sob responsabilidade do ordenador responsável e/ou Chefe de Poder.

§ 3º. Para além da multa fixada nos termos do §1º, deste artigo, poderão ser aplicadas, por ocasião do julgamento das contas, pelo Tribunal Pleno, outras sanções, face a ocorrência de irregularidades ou impropriedades diversas, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno.

Art. 10. A remessa da documentação relativa à prestação de contas, total ou parcial, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, procedida após a citação do ordenador responsável, será analisada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetida à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, observadas as seguintes hipóteses:

I – Verificada a remessa da documentação omissa, vinculada à Tomada de Contas, a qual se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de gestão, determinará o sobrestamento da Tomada de Contas e a juntada da documentação remetida, para análise conjunta, junto aos autos principais da prestação de contas anual, garantindo-se a apreciação integral da mesma, bem como a citação do ordenador responsável, nos autos principais, para exercício do contraditório e da ampla defesa.

II – Verificada a remessa de documentação, vinculada a Tomada de Contas, a qual não se revista das formalidades técnicas, consignadas para prestação de contas de gestão, determinará a juntada do Relatório Técnico Final de Tomada de Contas, junto à prestação de contas anual, consignando a manutenção da omissão no dever de prestar contas, junto ao Relatório Técnico Final Consolidado da Prestação de Contas Anual, para julgamento conjunto, com a prévia apreciação do Ministério Público de Contas, na forma regimental.

Parágrafo único. Será considerada, para fins verificação das hipóteses previstas nos incisos I e II, deste artigo, como prestação de contas, a remessa de documentação que contemple, na integralidade o previsto nas Resoluções n.º 002/2015/TCMPA e 004/2018/TCMPA, destinado à remessa ordinária de prestação de contas de gestão, para os exercícios de 2017 e 2018, respectivamente.

Art. 11. A não remessa da documentação relativa à prestação de contas, total ou parcial, após a instauração da Tomada de Contas Especial e citação do ordenador responsável e/ou Chefe de Poder, consignadas nesta Resolução, através da defesa, será certificada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetido à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, para adoção das medidas consignadas no inciso II, do art. 10, desta Resolução.

Art. 12. Após o encerramento da instrução da Tomada de Contas Especial, consignada nos termos do Relatório Técnico Final, não será recebida e apreciada, qualquer documentação relativa às contas em omissão, até o julgamento das contas anuais de gestão.

Parágrafo único. Com a remessa dos autos ao Ministério Público de Contas, haverá bloqueio do Sistema SPE-Remessa, até ulterior deliberação do Conselheiro-Relator, com prévia homologação do Tribunal Pleno.

Art. 13. Em qualquer das hipóteses elencadas, mediante a instauração da Tomada de Contas Especial, os achados de auditoria consignados pelo órgão técnico, serão consolidados e apreciados, junto aos autos processuais das contas anuais de gestão, do exercício sob análise, para julgamento pelo Colendo Plenário, após o qual será facultando, de acordo com cada caso, a interposição de recursos e pedido de revisão, pelo ordenador responsável, na forma da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCMPA.

Art. 14. A apresentação da prestação de contas, pelo ordenador responsável, após a conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial e julgamento das contas anuais de gestão, em sede de recurso ordinário ou pedido de revisão, não elidirá a irregularidade das mesmas, face a omissão no dever de prestar contas, exceto nas hipóteses de comprovada demonstração de caso fortuito ou força maior, garantindo-se, tão somente, o saneamento do débito imputado, caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares, com demonstração da boa e regular aplicação dos recursos, sem prejuízo da aplicação de multa pecuniária, na forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno, deste TCMPA.



Seção II
DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL DE GOVERNO

Art. 15. A Tomada de Contas Especial, vinculada às prestações de contas de governo, dos exercícios de 2017 e 2018, é o processo devidamente formalizado e instaurado, nos termos da Resolução Administrativa n.º 008/2019/TCMPA, pelo Tribunal Pleno, que visa apurar responsabilidade por omissão, do Chefe do Executivo Municipal, quanto ao encaminhamento do Balanço Geral, até o primeiro dia útil subsequente ao término do prazo legal, definido para apresentação do mesmo, sujeito a apreciação deste TCMPA, para fins de emissão de parecer prévio, dirigido à Câmara Municipal.

Subseção I
DO RITO PROCESSUAL DA TCE-GOVERNO

Art. 16. Procedida a instauração da Tomada de Contas Especial, homologada nos termos da Resolução Administrativa n.º 008/2019/TCMPA, competirá, ao Conselheiro-Relator, por meio da respectiva Controladoria, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, proceder com a elaboração de Relatório Técnico Inicial de Tomada de Contas Especial, com o detalhamento dos pontos de controle, sob responsabilidade do Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único. São considerados, para fins de apreciação da prestação de contas de governo, do Chefe do Executivo Municipal, obrigatoriamente, os seguintes pontos de controle:

- I -** Remessa da Lei de Diretrizes Orçamentária e da Lei Orçamentária Anual;
- II -** Realização de despesas com existência de crédito orçamentário, nos termos do art. 167, II e V, da CF/88;
- III -** Aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), dos impostos arrecadados e transferidos na manutenção e desenvolvimento do ensino, em atendimento ao art. 212 da CF/88.
- IV -** Aplicação de pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério, em atendimento ao previsto no art. 60, IV e XII, do ADCT c/c art. 11, da Lei 11.494/2007.
- V -** Aplicação do percentual mínimo de 15% (quinze por cento), dos impostos arrecadados e transferidos, em gastos com ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 198, §2º, da CF c/c art. 77, III, do ADCT.
- VI -** Transferências ao Poder Legislativo, com observância dos limites constitucionais, nos termos das Emendas Constitucionais n.º 25/2000 e 58/2009;
- VII -** Observância dos limites com Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Município, nos termos dos arts. 19 e 20 da Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF);
- VIII -** Verificação de atendimento aos termos da Lei de Transparência Pública, consignada através da Resolução n.º 017/2017/TCMPA e, conforme o caso, Termo de Ajustamento de Gestão (TAG-LAI).
- IX -** Verificação de adimplência das contribuições previdenciárias dos servidores ativos e inativos, pensionistas e dos encargos patronais, devidos pelos Poder Executivo (contribuição normal e suplementar), bem como da existência e adimplência de parcelamentos, junto ao Regime Geral e Regime Próprio, quando houver.
- X -** Verificação de instituição e manutenção de apenas um regime próprio de previdência social (RPPS), para os servidores titulares de cargos efetivos e de apenas uma unidade gestora do respectivo regime.
- XI -** Verificação da emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), para os RPPS, com validade para o exercício.
- XII -** Verificação quanto à elaboração, implementação e efetividade de Plano de Amortização do Déficit Atuarial, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social do Município, quando existente.
- XIII -** Verificação da arrecadação das receitas próprias dos municípios (artigos 11 a 14 da LRF), com ênfase na Receita Tributária Municipal e no controle da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária.



Art. 17. Com base no Relatório Técnico Inicial, previsto no art. 16, deste Resolução, proceder-se-á com a citação do Chefe do Executivo Municipal, para apresentação de defesa, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O prazo fixado no *caput* deste artigo, para apresentação de defesa, é improrrogável, não sendo aplicada, aos processos regulamentados por esta Resolução, a faculdade atribuída ao Conselheiro-Relator, nos termos do parágrafo único, do art. 64, da Lei Complementar n.º 109/2016.

Art. 18. Apresentada a defesa, com o encaminhamento do Balanço Geral, pelo responsável, conduzir-se-á, a apreciação do Tribunal Pleno, com emissão do parecer prévio, vinculado à prestação de contas anual de governo, com a recomendação, ao Legislativo Municipal pela:

I - aprovação das contas com ressalva e multa, caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas constitucionais, legais e regulamentares e fique demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos, através do cumprimento dos pontos de controle consignados nos incisos I a VIII, do art. 16, deste Resolução.

II – não aprovação das contas e multa, caso a documentação apresentada não esteja de acordo com as normas constitucionais, legais e regulamentares e/ou não fique demonstrada a boa e regular aplicação dos recursos, através do cumprimento dos pontos de controle consignados nos incisos I a VIII, do art. 16, deste Resolução.

§1º. Na hipótese prevista no *caput*, deste artigo, fica consignada, nos termos desta Resolução, a aplicação de multa pecuniária, atribuída à omissão do dever de prestar contas, na forma e prazo estabelecido, para remessa do Balanço Geral, no valor máximo previsto pelo art. 282, inciso III, alínea “a”, do RITCMPA (Ato n.º 19/2017), de até 11.000 Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF-Pa, em tudo observadas as demais previsões da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCM-PA.

§ 2º. Serão adotados como critérios de dosimetria, para fixação da multa estabelecida no §1º, deste artigo, dentre outros elementos, a reincidência, quanto ao dever no encaminhamento tempestivo, das prestações de contas, de exercícios pretéritos e o montante da receita ordenada, no exercício sob análise, sob responsabilidade do Chefe de Poder.

§3º. Para além da multa fixada nos termos do §1º, deste artigo, poderão ser aplicadas, por ocasião da apreciação das contas, do Tribunal Pleno, outras penalidades pecuniárias, face a ocorrência de irregularidades ou impropriedades diversas, nos termos da Lei Orgânica e Regimento Interno.

Art. 19. A remessa da documentação relativa ao Balanço Geral, após a instauração da Tomada de Contas Especial, consignada nesta Resolução, procedida após a citação do ordenador responsável, será analisada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetida à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, observadas as seguintes hipóteses:

I – Verificada a remessa da documentação omissa, vinculada a Tomada de Contas, a qual se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de governo, determinará o sobrestamento da Tomada de Contas e a juntada da documentação remetida, aos autos principais da prestação de contas anual, garantindo-se a apreciação integral da mesma, bem como a citação do ordenador responsável, nos autos principais, para exercício do contraditório e da ampla defesa.

II – Verificada a remessa de documentação, vinculada a Tomada de Contas, a qual não se revista das formalidades consignadas para prestação de contas de governo, determinará a juntada do Relatório Técnico Final de Tomada de Contas, junto à prestação de contas anual, consignando a manutenção da omissão no dever de prestar contas, junto ao Relatório Técnico Final das Contas Anuais de Governo, com a prévia apreciação do Ministério Público de Contas, na forma regimental.

Parágrafo único. Será considerada, para fins verificação das hipóteses previstas nos incisos I e II, deste artigo, como prestação de contas de governo, a remessa de documentação que contemple, na integralidade o previsto nas Resoluções n.º 002/2015/TCMPA e 004/2018/TCMPA, destinado à remessa ordinária do Balanço Geral, para os exercícios de 2017 e 2018, respectivamente.

Art. 20. A não remessa da documentação relativa ao Balanço Geral, após a instauração da Tomada de Contas Especial e citação do Chefe do Poder Executivo, consignadas nesta Resolução, através da defesa, será certificada pela Controladoria, a qual irá elaborar o Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, que será submetido à apreciação monocrática preliminar, do Conselheiro-Relator, para adoção das medidas consignadas no inciso II, do art. 19, desta Resolução.



Art. 21. Após o encerramento da instrução da Tomada de Contas Especial, consignada nos termos da apreciação monocrática do Conselheiro-Relator, não será recebida, qualquer documentação relativa às contas em omissão, até a apreciação das contas anuais de governo.

Art. 22. Em qualquer das hipóteses elencadas, após a instauração da Tomada de Contas Especial, os achados de auditoria consignados pelo órgão técnico, serão apreciados, junto aos autos processuais das contas anuais de governo, do exercício sob análise, pelo Colendo Plenário, após o qual será facultando, de acordo com cada caso, a interposição de recursos, pelo ordenador responsável, na forma da Lei Orgânica e Regimento Interno, deste TCMPA.

Art. 23. A prestação de contas pelo ordenador responsável, após a conclusão do procedimento de Tomada de Contas Especial e emissão do parecer prévio, junto às contas anuais de governo, em sede de recurso ordinário, não elidirá a irregularidade das mesmas, face a omissão no dever de prestar contas, exceto nas hipóteses de comprovada demonstração de caso fortuito ou força maior, garantindo-se, tão somente, o saneamento quanto ao cumprimento dos pontos de controle consignados, caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e demonstre a boa e regular aplicação dos recursos, sem prejuízo da aplicação de multa pecuniária, na forma da Lei Orgânica e do Regimento Interno, deste TCMPA.

CAPÍTULO III **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 24. O Conselheiro-Relator, após o encerramento dos procedimentos vinculados à Tomada de Contas Especial de Governo ou Gestão, consignada na apreciação monocrática do Relatório Técnico Final de Tomada de Contas Especial, quando verificada a manutenção na omissão do dever de prestar contas, por parte dos gestores, ordenadores ou Chefes de Poder, comunicará, *ex officio*, as ocorrências apuradas, com a identificação do(s) responsável(is), ao Ministério Público Estadual, para a adoção das medidas legais cabíveis.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no *caput* deste artigo, vinculada às prestações de contas do Poder Executivo Municipal, proceder-se-á, ainda, com idêntica comunicação, ao Chefe do Poder Legislativo Municipal, para as providências de alçada.

Art. 25. As situações excepcionais e os casos omissos, não disciplinados nesta Resolução e/ou no RITCMPA, serão resolvidos por deliberação do Tribunal Pleno.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Administrativa n.º 31/2017/TCMPA, de 29 de agosto de 2017.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 09 de maio de 2019.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro / Presidente / TCMPA

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro / Corregedoria / TCMPA

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira / Ouvidora / TCMPA

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro / Presidente da Câmara Especial / TCMPA

ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES
Conselheiro / Vice-Presidente da Câmara Especial / TCMPA

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro Substituto - Convocado